

Governo Regional actualiza em 4,9% valores de cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social

O Governo Regional dos Açores formalizou um acordo-base que fixa uma actualização de 4,9% no valor padrão associado a um conjunto de respostas sociais financiadas através de contratos de cooperação “valor cliente”, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2025.

O Acordo de base n.º 1-B/2025, datado de 22 de dezembro de 2025, foi celebrado ao abrigo da legislação em vigor e tem como primeira outorgante a Região Autónoma dos Açores, representada através da Secretaria Regional da Saúde e Segurança So-



cial e como segundos outorgantes a União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade dos Açores (URIPSSA) e a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA).

O acordo-base estabelece “princípios e critérios” para a actualização e revisão dos contratos de cooperação através do valor cliente, aplicáveis às respostas sociais de Creche Familiar (Amas), Centro de Dia, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Jardim de Infância, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço

de Apoio Domiciliário, Lar Residencial, Descanso do Cuidador, Acolhimento de Emergência, Transporte Adaptado para Deficientes, além de “demais respostas sociais atípicas” com contratos homologados no presente ano.

A cláusula relativa à produção de efeitos determina que o acordo se aplica de forma retroativa ao início do ano, fazendo com que a actualização agora fixada tenha impacto sobre 2025, conforme as regras dos contratos abrangidos.

Autoridades apreendem um macaco-terrafe, uma coruja e recolhem uma ave exótica *Pyrrhura molinae*

Um primata mantido sob tutela municipal, na Povoação, aves apreendidas em 2019 e uma coruja apreendida já em 2025 estão entre os casos de “animais selvagens” registados pelas autoridades na Região Autónoma dos Açores, segundo resposta do Governo Regional a um requerimento parlamentar do partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN).

A informação surge na sequência de um pedido de esclarecimento apresentado pelo deputado Pedro Neves, que questionou quantos animais selvagens foram apreendidos e em que condições permanecem na Região, incluindo situações em que os próprios detentores incumpridores ficam nomeados como fiéis depositários.

O requerimento recupera ainda o histórico do encerramento do antigo Parque Zoológico da Povoação, apontando problemas de bem-estar animal e defendendo soluções de encaminhamento para santuários ou centros especializados.

Na resposta enviada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), a Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, refere que existe atualmente um animal apreendido cujo cuidador é a Câmara Municipal da Povoação: um macaco-terrafe (*Chlorocebus aethiops*), do sexo masculino, com idade exata não registada, mas estimada como adulta.



>> Foto: Pablo Demato - www.biodiversity4all.org

Além deste caso, a Inspeção Regional do Ambiente tem registo de duas apreensões realizadas em 2019: um melro-preto (*Turdus merula azorensis*) e um canário-da-terra (*Serinus canaria*), tendo o arguido sido nomeado fiel depositário.

Na Região, existe registo da recolha de dois animais selvagens que se encontram sob a guarda e cuidados da Região. Há mais de 15 anos, foi cedida uma arara-vermelha (*Ara chloropterus*) ao Serviço Florestal da ilha Terceira, encontrando-se atualmente em exposição na Reserva Florestal de Recreio do Monte Brasil. Trata-se de um macho adulto, embora não exista informação sobre a sua idade exata.

Já em junho de 2025, foi apreendida

uma coruja da família Strigidae, possivelmente da espécie *Asio otus*, com sexo não determinado e presumivelmente com menos de um ano, entregue à Direção Regional da Agricultura, Veterinária e Alimentação, onde se encontra à guarda e cuidados.

Entretanto, em 2023, foi recolhido em São Miguel uma ave exótica, tratando-se de um juvenil da espécie *Pyrrhura molinae*. Após diligências sem sucesso para localizar o proprietário, a ave foi registada com certificado comunitário da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), em nome da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, e entregue a uma cuidadora voluntária. Por ser juvenil, ainda não foi possível determinar o sexo.

Na mesma resposta, o Governo Regional sustenta que, no caso das aves exóticas, há indícios de que sejam indivíduos nascidos e criados em cativeiro, com sinais de trato humano, incluindo alimentação à mão, o que, segundo o executivo, dificulta uma integração direta em estruturas vocacionadas para fauna selvagem sem um processo prévio de reabilitação.

Quanto ao macaco-terrafe da Povoação, o Governo Regional admite que existe intenção de encontrar “um local

adequado” e descreve contactos realizados, incluindo trabalho com uma Organização Não Governamental (ONG) “ANIMAL” e diligências com a International Primate Rescue, organização sediada em Pretória, África do Sul.

O processo envolveu tentativas de articulação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) com a autoridade administrativa CITES sul-africana, sem sucesso até ao momento.

O executivo refere ainda contactos com uma ONG sediada na Holanda, através da Provedoria Regional do Animal e da Provedoria Nacional do Animal, admitindo como alternativa a possibilidade de intervenção da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), com eventual quarentena temporária no Jardim Zoológico de Lisboa, solução que, segundo a informação transmitida, enfrenta limitações de instalações adequadas em regime de isolamento. O Governo dos Açores foi informado de que o Jardim Zoológico não dispõe, actualmente, de instalações adequadas para acolher este primatas em regime de isolamento, condição necessária para evitar conflitos com outros animais. O processo de encontrar e enviar espécimes de primatas para santuários é sempre muito moroso, sendo um problema a nível mundial, refere o Governo Regional na resposta ao PAN.

Braga passa testemunho de Capital Portuguesa da Cultura a Ponta Delgada no próximo Domingo

No próximo domingo, 28 de Dezembro, irá ser entregue, formalmente, a Ponta Delgada, o título de Capital Portuguesa da Cultura.

Então, a cidade de Braga, numa cerimónia que contará com a presença do presidente da Câmara Municipal de Braga, João Rodrigues, da ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Margarida Balseiro Lopes, e da comissária de Ponta Delgada 2026, Kátia Guerreiro, o testemunho de Capital Portuguesa da Cultura a Ponta Delgada.

A cerimónia terá lugar pelas 17:00 (hora local), no Theatro Circo, reunindo a comunidade, agentes culturais locais e público

em geral.

A Cerimónia de Encerramento assinala o final oficial de um ano “marcante para a vida cultural da cidade”. Segundo a Câmara Municipal bracarense, a Cerimónia de Encerramento assinala o final oficial de um ano “marcante para a vida cultural da cidade”.

“Ao longo de 2025, a cidade afirmou-se como um palco vivo de programação artística diversificada, envolvendo artistas, instituições e cidadãos, e reforçando o seu posicionamento como referência cultural a nível nacional. A sessão pretende revisitar os momentos mais significativos do ano, reconhecer os contributos de todos os que

tornaram este projeto possível e projetar o futuro da cultura na cidade. Este será um momento de celebração de um percurso coletivo que continuará a deixar um legado duradouro em Braga”, refere a autarquia minhota.

Ao longo da titularidade de Braga enquanto Capital Portuguesa da Cultura, ao longo do ano, estiveram envolvidos envolvidos no projeto cerca de 1.200 artistas, metade dos quais locais, a par de 19% internacionais. Este será também um momento para um balanço, ainda parcial, da Braga 25. Até ao final de outubro de 2025, o programa integrou cerca de 1.200 atividades, incluindo ações de formação, capacitação,

mediação e participação. Do muito que foi feito, destacam-se 253 espetáculos e 95 exposições, que mobilizaram quase 1,5 milhões de espetadores, números que não incluem grandes eventos de espaço público como o Programa de Abertura, a Braga Romana ou a Noite Branca.

A cerimónia de “passagem de testinho” entre as duas capitais culturais integrará um espetáculo artístico que cruza a Ent’Artes – Escola de Dança, de Braga, e o Estúdio 13, da cidade de Ponta Delgada, duas estruturas artísticas integrantes das cidades Capitais Portuguesas da Cultura.